



Brasília, Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Permanências medievais nos relatos dos viajantes da modernidade: André Thevet, Jean de Léry e Claude D'Abbeville (séculos XVI e XVII).

Carmen Lícia Palazzo |



Revista
Instituto Histórico Geográfico do
Distrito Federal

Permanências medievais nos relatos dos viajantes da modernidade: André Thevet, Jean de Léry e Claude D'Abbeville (séculos XVI e XVII).

Carmen Lícia Palazzo

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525793766107367>

Recebido/Recibido/Received: 15/02/2025

Aceito/Aceptado/Accepted: 20/02/2025

Publicado/Publicado/Published: 05/05/2025

RESUMO: O presente artigo analisa olhares franceses sobre o Brasil, do século XVI até meados do XVII, destacando permanências do imaginário medieval na Idade Moderna. A premissa básica é a de que a periodização comumente aceita pelos historiadores não corresponde às mudanças no universo mental, que se transforma lentamente. Nos relatos dos viajantes dos séculos XVI e XVII dificilmente é encontrada uma forte evidência da chamada Idade Moderna e, no entanto, há neles uma grande abertura para a diversidade do Outro. O enfoque teórico adotado é tributário da escola dos *Annales* e do estudo das mentalidades, questionando a periodização tradicional da História.

PALAVRAS – CHAVE: Viajantes franceses, Imaginação medieval, Mentalidades, Periodização histórica

ABSTRACT: This article analyzes French perspectives on Brazil, from the 16th to the mid-17th century, highlighting the remains of Medieval imagination in the Modern Age. The basic premise is that the commonly accepted historiographic periodization does not correspond to changes in the mentalities, which transform slowly. In the reports of travelers from the 16th and 17th centuries, strong evidences of the so-called Modern Age are lacking and yet they display a great openness to the diversity of the Other. The theoretical approach adopted here is derived from the Annales School and the study of mentalities, questioning the traditional periodization of History.

KEY WORDS: French voyagers, Medieval Imagination, Mentalities, Historic Periodization

Introdução

A análise dos relatos de viajantes dos séculos XVI e XVII pressupõe algumas considerações importantes acerca das mentalidades de um período que costuma ser associado ao pensamento renascentista e à “modernidade”. A principal delas diz respeito ao fato de que os cortes cronológicos tradicionais nem sempre são adequados, já que a própria noção de mentalidade remete à longa duração e à ideia de permanência.

O início do que se convencionou chamar de Idade Moderna é muito mais uma continuidade do que uma ruptura. D. Henrique e Pedro Álvares Cabral eram cavaleiros da Ordem de Cristo, cuja sede, à época do descobrimento do Brasil, estava no castelo de Tomar, em Portugal. Colombo, profundamente religioso, evocava a ideia de Cruzada e se acreditava um propagador da fé. Sua busca das terras do Grande Khan foi, em certos aspectos, um prolongamento do relato de Marco Polo, cujo livro era muito difundido em toda a Europa.

Fatores econômicos e políticos impulsionam as chamadas Grandes Navegações da Idade Moderna. Há também todo um contexto e uma especificidade ibérica que permitem a Portugal e Espanha sair na frente para encontrar outras terras. Mas não são novas as mentalidades que embarcam para as aventuras que resultarão em contatos com civilizações até então desconhecidas dos europeus:

O que atrai e leva à aventura, o que faz esquecer o perigo, desprezar a morte?

Nas condições de possibilidade que levaram à descoberta do Novo Mundo, o universo mental e material se confundem e se imbricam em um impulso místico/mítico: este fluxo carrega o ser ávido de sonhos, vestido de medos fundamentais, mestre, entretanto, de suas velas e de seu desejo de conhecer, reconhecer os caminhos de um mundo a ser domesticado (NAVARRO, 1992: p.148).

O historiador francês Jacques Le Goff trabalha sempre com a ideia do que denomina “uma longa Idade Média” (Le Goff, s/d: p.72). Enfatiza, em diversas passagens de sua obra, a importância da questão da cronologia, destacando que:

O passado respinga, sem dúvida, quando pretendemos sujeitá-lo e domá-lo com periodizações. Certas divisões são, contudo, mais destituídas de fundamento que outras para assinalar a mudança. Aquela a que se deu o nome de Renascimento não me parece pertinente (LE GOFF, 1994: p. 21).

Na medida em que se trabalha com a longa duração, é possível observar que as mentalidades de uma sociedade são, entre outros aspectos, influenciadas pela herança mítica que lhes é comum. Para nossa pesquisa, a identificação dos mitos e das utopias medievais é muito significativa, já que ambos são bastante evidentes nos relatos dos viajantes franceses que estiveram no Brasil nos séculos XVI e XVII.

Ainda que “utopia” remeta à ilha imaginária criada por Thomas Morus, em 1516, a palavra passou a ser adotada independentemente da época histórica de sua origem. No entanto, como destaca Franco Jr., “(...) as utopias medievais diferenciam-se das posteriores pelo fato de nelas ter sido bem mais acentuada a presença de componentes míticos” (FRANCO JR., 1992: p.11). Ao estudar os conteúdos míticos das utopias este mesmo autor escreve que: “(...) aquilo que o homem perdeu na História, narrado pelo mito ele (...) recupera no além-História da utopia” (FRANCO Jr., 1992: p.13).

No conjunto do imaginário medieval, um espaço importante foi ocupado pelo desejo de fartura, desejo este motivado por uma série de carências e sempre renovado nos períodos mais críticos, estendendo-se para além do século XV. As utopias que se reportavam ao referido desejo atualizaram e reestruturaram vários mitos nos quais a alimentação exercia um papel preponderante. Reação contra uma penúria que, se não era permanente, reaparecia, porém, com certa frequência, a utopia da abundância estava presente em diversos relatos e o mais significativo deles e de mais longo alcance foi provavelmente o do *fabliau* medieval da Cocanha, evocado também nos primeiros olhares europeus sobre o Brasil.

Se, apesar dos “limites movediços” entre ambas as formas do imaginário, o mito representa, como vimos, o que o homem perdeu na História e a utopia, a recuperação do que foi perdido, podemos chegar à constatação de que o Paraíso é a perda por excelência e as viagens, uma procura permanente, uma caminhada em direção à utopia. Neste desejo de recuperação do Éden se enquadrariam as peregrinações e as grandes

descobertas. Paraíso perdido em virtude do pecado de Adão e Eva, paraíso que poderia um dia ser reencontrado, viagens reais e imaginárias pretendendo concretizar esta busca, o mundo medieval elaborava, assim, suas histórias de maravilhas. E os mitos e utopias eram reproduzidos não apenas em relatos orais e escritos, mas também na arte que ornava as catedrais. Faziam-se presentes, portanto, nas mentalidades coletivas — e já se sabe o quanto as mentalidades se aferram à longa duração.

Em 1371, Jean de Mandeville apresentou *Le Livre des Merveilles*, um relato provavelmente não vinculado a uma viagem real, mas que se utilizava de informações verdadeiras, combinadas com descrições fantásticas. Sua obra alcançou um grande sucesso e pode ser considerada uma amostra significativa do interesse pelo prodigioso. Após a circulação de inúmeras cópias manuscritas, o livro de Mandeville surgiu na forma impressa no final do século XV, sendo então reeditado várias vezes (Musée de la Marine, 1994, p. 100), o que demonstra a persistência do interesse europeu pelos relatos de viagens nos quais predominavam o material mítico e o fantástico. Sua influência ultrapassou a Idade Média, alcançando uma época na qual já se estavam estendendo as navegações de longo curso. As ilustrações que faziam parte da obra de Mandeville contribuíram para acender a curiosidade tornando o livro visualmente atraente e, de uma certa forma, procurando reforçar a credibilidade do que havia sido dito. Texto escrito e iconografia descreviam seres estranhos que supostamente existiam em terras distantes (Palazzo, 2009: p. 42-43).

Os animais do bestiário medieval continuaram a ilustrar também as obras do século XVI e a utopia da Cocanha povoava as imaginações da Europa “moderna”. O reino de Preste João, outra elaboração da Idade Média, manteve-se igualmente no imaginário dos séculos XV e XVI. O cronista do rei de Portugal, Gomes Eanes de Zurara, deixou registrada a história desta busca (Zurara, 1978).

No ano de 1442, o infante D. Henrique pediu aos navegadores portugueses que fornecessem informações sobre a terra do Preste João, um país cristão e muito rico, provavelmente situado na África. Persistia, assim, a crença no reino fabuloso que, durante o período medieval cogitava-se que pudesse estar localizado no Oriente. Havia apenas um “deslocamento” geográfico, a partir da metade do século XV e sua localização

não mais seria na Ásia, passando para a África, para a Etiópia, mantendo, porém, o fascínio no imaginário dos navegantes. É, pois, com ênfase nas permanências que abordamos os textos dos viajantes franceses que escreveram sobre o Brasil nos dois primeiros séculos da conquista europeia.

O relato de André Thevet

A França demonstrou muito cedo seu interesse pelo Brasil, não a partir de um projeto coerente de expansionismo — já que o cenário político interno se apresentava por demais conturbado, mas por meio de incursões frequentes com objetivo de comércio. A indústria têxtil de Ruão era uma importante consumidora de pau-brasil para as suas tintas e os normandos encarregavam-se de abastecê-la, negociando constantemente com os índios no litoral das terras recém encontradas. Tanto eles quanto os bretões, que eram também marinheiros experientes, frequentaram com assiduidade o Brasil, interessados na madeira e, mais adiante, nas possibilidades abertas pelo comércio triangular, no qual se incluía o tráfico negreiro (Wismes, 1992: p.11-34).

Em 1555, a fundação da França Antártica por Villegagnon representou a possibilidade de apoio ao comércio francês, mas também a esperança, para os protestantes, de encontrar uma terra onde fosse viável professar e expandir a sua fé. A aventura foi breve, mas dela se originaram duas obras que marcaram profundamente o imaginário europeu: *Les Singularitez de la France Antarctique autrement nommée Amerique & de plusieurs terres et isles découvertes* (Thevet, 1557) e a *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite de l'Amerique* (Léry, 1578).

Para o franciscano André Thevet, a qualificação que possuía em termos de conhecimentos geográficos e sua curiosidade por terras distantes, associadas a bons relacionamentos no ambiente clerical dominante foram elementos que, conjugados, permitiram que integrasse a expedição de Villegagnon, na qualidade de capelão. Mais adiante, de regresso à França, foi nomeado cosmógrafo da Corte dos Valois. O Brasil aparece em sua obra de forma significativa não apenas em *Les Singularitez de la France Antarctique [...] mas também em La Cosmographie universelle d'André Thevet cosmographe du Roy* (THEVET, 1575) e nos *Vrais Pourtraicts et Vies de Hommes*

illustres Grecz, Latins, et Payens, recueilliz de leurs tableaux, livres, medalles antiques et modernes. (Thevet, 1584), livro no qual está presente Quoniambec, chefe guerreiro dos Tamoios, integrando uma galeria de figuras ilustres.

A parte inicial de *Singularitez [...]* descreve todo o caminho percorrido pela expedição de Villegagnon, incluindo diversos comentários sobre a África. Thevet não titubeia em acrescentar “dragões” aos animais que enumera como sendo encontrados na altura da Maurîtânia:

(...) em algumas partes, porém, taes lugares são quasi como uns desertos, quer devido ao seu excessivo calor, que constringe os povos a andar seminus, (...) quer por motivo da esterilidade dos campos arenosos. Outra razão da existência de desertos é o número dos animaes ferozes, — os leões, os tigres, os dragões, os leopardos, os búfalos, as hyenas, as panteras e tantos outros. Receosos desses animaes, as gentes do país vão aos seus negocios sempre aos grupos, armados de arcos, flechas (...) (THEVET, 1944: p. 63).¹

Não há, portanto, para Thevet, nenhuma admiração, nenhuma dúvida com relação à existência de dragões, animais míticos que passaram à literatura e até mesmo a certas manifestações religiosas, extrapolando o período medieval. No sul da França, na região da Provença, mantém-se até hoje as festas populares que comemoram vitórias cristãs contra os dragões, especialmente em Aix, onde o monstro teria sido derrotado por Santa Margarida e em Tarascon, onde a vencedora seria Santa Marta. São Jorge, por sua vez, teria salvado a filha do rei da Líbia das garras de um temido dragão, atravessando-o com sua espada (Wieser, 2004: p. 18). Nada mais natural, portanto, para um viajante, do que localizar o animal fantástico, entre outros de existência real, na África, região ela mesma envolta em mistérios. “Seria preciso todo um volume para enumerar as formas animais compostas que os mitos legaram à literatura, sendo possivelmente a

¹ Em todas as citações do relato de Thevet optamos por manter a grafia em português da tradução de 1944, uma das mais conceituadas para a obra do franciscano. Todas as traduções do relato de Jean de Léry são nossas e foram realizadas a partir da edição fac-similar do original do século XVI (Léry, 1975, fac-simili de 1578). São também nossas as traduções citando de Buffon.

mais universal delas a do dragão, marinho ou não, em geral alado” (BRUNEL, 199: p. 130).

O século XVI trazia, sem dúvida, em seu bojo uma forte herança da mentalidade medieval que acreditava ser possível, algum dia, encontrar o País de Cocanha, cuja principal característica era justamente a fartura da alimentação, obtida sem esforço, na total ociosidade. Cantado em versos na tradição oral da Idade Média, o mito da Cocanha se difundiu muito além do século XIII, época provável de seu primeiro registro escrito. Na França, ele foi amplamente divulgado nos séculos XVI e XVII e chegaram a ser conhecidas 12 variantes em relação ao seu conteúdo inicial. (Franco Jr., 1992, p. 46) Jacques Le Goff destaca que este mito se constituía numa criação totalmente característica da Idade Média e representava um mundo no qual era possível compensar as carências da realidade (Le Goff, 1994: p. 51).

A busca da abundância, o sonho da fartura e o desejo de uma vida menos trabalhosa faziam parte também da bagagem daqueles que partiam para o que consideravam um “novo mundo”, na esperança de encontrar um lugar no qual os homens estivessem livres da dura labuta nos campos, atividade essencial à sobrevivência dos europeus. Thevet inicia sua descrição do Brasil com o desembarque em Cabo Frio, já então deslumbrado com a fartura e provavelmente exagerando em suas descrições. Sobre os peixes, escreve: “Os bargos e os mugens são realmente tantos que, quando estive no Cabo Frio, vi um selvagem pescar mais de mil delles, com um laço só de rede (...)” (Thevet, 1944: p.157). Depois, seguindo com a expedição de Villegagnon do Cabo Frio até a baía de Guanabara, na qual seria instalada a França Antártica, continua maravilhado com:

(...) peixes, abundantes, de delicado gosto.

(...) abundância de arraias, mas de especie diferente das nossas, isto é, duas vezes maiores em largura e em comprimento (THEVET, 1944: p. 169-170)

Mais adiante, escreve, chamando atenção para o fato de que é possível colher sem plantar e, portanto, sem trabalhar: “Quanto às suas terras, é a America fertilissima em arvores de excellentes fructos. Produzem os campos sem lavoura, nem sementeiras” (THEVET, 1944: p. 175).

Semelhante, pois, ao verso do *fabliau* da Cocanha, que revela um lugar no qual:

(...) Sem oposição e sem proibição
Cada um pega tudo o que seu coração deseja.
Uns peixe, outros carne;
(...)
Basta pegar a seu bel-prazer; (FRANCO JR., 1998: p. 29).

E tal como o índio que, segundo Thevet, atirando uma só vez a rede, havia pescado mais de mil bargos e mugs! O olhar do franciscano sobre a fauna brasileira reflete a admiração pela quantidade e diversidade de animais desconhecidos para os europeus, apresentando a seus leitores o *haüt* (bicho-preguiça), que, segundo ele, sobreviveria alimentando-se apenas de vento:

(...) ninguém jamais viu comer a esse animal, muito embora os selvagens, conforme me afirmaram, o tenham tido sob observação por longo tempo (THEVET, 1944: p. 307-308).

Em seguida, Thevet procura confirmar que o *haüt* não precisa se alimentar e relata que, tendo sido presenteado com um deles, observou:

(...) que esta não quis comer ou beber por espaço de vinte e seis dias, permanecendo sempre no mesmo estado, quando afinal, foi estrangulada por alguns dos nossos cães, que os franceses tinham levado para a America (THEVET, 1994: p. 308)

E ainda tentando dar total credibilidade à sua descrição do bicho-preguiça, conclui comparando-o aos camaleões que viu na Turquia, por ocasião de sua viagem ao Oriente:

Tive, a proposito do assumpto, ocasião de ver, em Constantinopla, certos camaleões engaiolados; afirmava-se que viviam exclusivamente do ar. Motivo pelo qual penso ser verdade o que dizem os selvagens a respeito do *haüt*. Demais, aconteceu que o animal

permanecesse noite e dia ao vento e à chuva (à qual esta região está sempre sujeita), conservando-se, todavia, sempre enxuto, como dantes (THEVET, 1994: p. 310).

Em um trecho de seu relato no qual se refere ao fato dos índios depilarem seus corpos, Thevet divaga acerca da possibilidade de ocorrer, em qualquer parte do mundo e na América inclusive, o nascimento de alguma criança peluda (Thevet, 1994: p. 192). A partir deste comentário, afirma já ter visto, na Normandia, uma pessoa coberta de escamas, acrescentando que:

(...) existem certos monstros de forma humana. Os satyros, por exemplo, que habitam os bosques e são peludos como os animais ferozes. (...) ainda se encontram na África certos monstros disformes (THEVET, 1994: p. 193).

É flagrante a marca do fantástico e do diferente, que se enquadra na lógica do século XVI, quando ainda é forte a permanência do imaginário medieval. O relato dá grande destaque ao maravilhoso. As referências a seres como os dragões e os sátiros ou mesmo como o *haüt*, que segundo Thevet viveria de vento, não se constituíam em algo totalmente absurdo para uma Europa que tinha ainda bem presente na memória, inclusive nas esculturas das suas catedrais, os estranhos animais dos bestiários da Idade Média².

Jean de Léry: o olhar de um reformado

A França Antártica, administrada com mão de ferro por Villegagnon, foi inicialmente um local privilegiado para a convivência entre católicos e protestantes. Embora cavaleiro de Malta, o vice-almirante da Bretanha apresentava-se inicialmente tolerante com os reformados, chegando a manter relações de amizade com Calvino, que lhe forneceria um contingente de colonos para povoar a terra conquistada.³

² Para um estudo mais detalhado sobre os animais reais e imaginários na Idade Média ver Voisenet, 2000 e também Cherry (ed.), 1995.

³ A historiografia sobre a França Antártica discute a questão da tolerância inicial de Villegagnon para com os protestantes, atribuindo-lhe ora uma eventual simpatia em relação à religião reformada, ora um comportamento oportunista que mudava de acordo com a maior ou menor força política do grupo católico

Jean de Léry viajou para o Brasil como integrante de um grupo enviado pelo próprio Calvino em 1558. No decorrer daquele ano, porém, as disputas entre católicos e protestantes na França Antártica tornaram-se muito violentas, culminando com a impossibilidade de uma convivência pacífica, o que levou Léry e seus companheiros a deixarem a ilha, passando a viver junto aos indígenas, durante dois meses, até a chegada de um navio que os conduziu de volta à Europa.

Ao contrário de Thevet, que publicou *Les Singularitez [...]* em 1557, logo após o seu retorno da França Antártica, a *Histoire d'un voyage en la terre du Brésil [...]* de Léry só veio à luz em 1578, já que seu autor não sendo cartógrafo nem cosmógrafo, mas estudante de teologia, preparando-se para ser pastor, não tinha como prioridade a publicação de um relato de viagem. Ao que tudo indica, foi o acirramento das lutas entre protestantes e católicos na França⁴ e sua indignação com diversas acusações de Thevet aos reformados que levaram Léry, após várias peripécias de perda do manuscrito, iniciado em 1563, a reescrevê-lo e publicá-lo pela primeira vez dezoito anos após o seu retorno do Brasil.⁵

As críticas do franciscano aos protestantes, acusando-os de responsáveis pelo insucesso da França Antártica, vão atingir diretamente Jean de Léry. Cada vez, portanto, que Léry, em seu relato, contesta uma afirmação de Thevet, ele o faz de maneira muito contundente, procurando deixar o “cosmógrafo do rei” em situação bastante desconfortável. No entanto, apesar da polêmica que envolveu os dois viajantes, a visão do Brasil que Léry deixou registrada em seus relatos foi, sem dúvida nenhuma, influenciada pelas informações de Thevet. Sua descrição do bicho-preguiça está muito próxima da que se encontra nas páginas de *Les Singularitez [...]* e da *Cosmographie Universelle*. Assim, como havia relatado Thevet, Léry escreve:

dos Guise junto à monarquia francesa. Sobre Villegagnon e a França Antártica ver Vaucheret, 1968, Lestringant, 1990 e Varnhagen, 1956.

⁴ Entre 1562 e 1598 ocorrem na França oito guerras de religião e inúmeros massacres, entre eles o da noite de São Bartolomeu, em 24 de agosto de 1572.

⁵ Sobre a vida de Léry ver a « Introduction » de J.-C. Morissot in Léry, 1975.

(...) coisa que parecerá realmente fabulosa (...) que jamais homem, nem no campo, nem em casa, tenha visto este animal comer: tanto que alguns estimam que ele viva de vento (LÉRY, 1975: p. 146).

Jean de Léry também participa da mentalidade da época e, apesar da austeridade e comedimento da religião reformada, aceita amplamente o fantástico e espera encontrá-lo nas novas terras. Sua descrição da anta refere-se a um animal estranho, uma “semi-vaca” ou “semi-asno”, o qual:

(...) tendo o pelo avermelhado, e mais ou menos longo, e quase do tamanho e peso de uma vaca: porém não tendo chifres, tendo o pescoço mais curto, as orelhas mais compridas e pendentes, as pernas mais secas e esbeltas, o pé não partido, tal qual a própria forma do de um asno, pode-se dizer que participando de um e de outro é semi-vaca e semi-asno (LÉRY, 1975: p. 133-134).

As referências tanto de Thevet quanto de Léry sobre a longevidade dos índios brasileiros evocam o que Hilário Franco Jr., ao tratar do *fabliau* da Cocanha, chama de “imaginário da perfeição social” (Franco Jr., 1998: p. 21) e também da possibilidade de um “Paraíso perdido” (Franco Jr., 2021: p.365-381). Os viajantes dos séculos seguintes vão, assim, recuperá-lo no que imaginam ser a longevidade dos habitantes das terras recém encontradas.

Para Thevet: “Dispõem os índios das mais variadas fructas, proporcionadas pela natureza. Vivem longos annos, são e dispostos” (Thevet, 1944: p. 188). Para Léry, ainda mais afirmativamente com relação a uma quase impossível duração de vida, os índios: “(...) alcançam a idade cem ou cento e vinte anos (...) todos eles bebendo verdadeiramente à fonte da Juventude (...)” (LÉRY, 1975: p. 95). As afirmações de ambos os viajantes lembram, sem dúvida, o país fantástico onde:

Há ainda outra maravilha,
Vocês jamais ouviram coisa semelhante:
A Fonte da Juventude
Que rejuvenesce as pessoas,
E traz outros benefícios. (FRANCO JR., 1998: p. 21)

Léry preocupa-se em detectar o envolvimento de forças do mal junto aos índios e escreve:

É preciso notar que estas pobres gentes em sua vida são também a tal ponto afligidas deste espírito maligno (que eles chamam *Kaagerre*) que como vi diversas vezes, da mesma forma que eles nos diziam, sentindo-se atormentados, e gritando de repente como que enraivecidos, diziam, Ai defendei-nos de *Aygnan* que nos espanca: outras vezes diziam que o viam claramente, ora como um animal ou pássaro, ou como outra forma estranha. E porque eles se maravilhavam muito de ver que não éramos tomados, quando lhes dizíamos que tal isenção vinha do Deus do qual lhes falávamos tão seguido, o qual, sendo incomparavelmente mais forte que *Aygnan*, providenciava que ele não nos pudesse molestar nem fazer mal (...) (LÉRY, 1975: p. 234)

Nas ilustrações da *Viagem à terra do Brasil* encontra-se uma gravura na qual estão presentes diversas representações do fantástico tais como os dragões e os diabos atacando os seres humanos (Léry, 1975: p. 235). Os peixes voadores assumem também proporções irreais. Como se pode constatar, o tema dos dragões é recorrente no imaginário dos primeiros viajantes e Thevet já havia se referido à sua existência na África.

Carlo Ginzburg, um historiador que trabalha com a hipótese de “influência recíproca” entre cultura popular e erudita, torna claro o fato de que certas crenças, mesmo as mais fantásticas, não pertencem apenas ao imaginário dos iletrados, permeando, portanto, toda a sociedade e, pode-se acrescentar, até mesmo a Igreja, seja ela católica ou reformada. Há de qualquer maneira uma “cristianização do maravilhoso” (GINZBURG, 1987: p. 24). Assim, na medida em que este maravilhoso, presente no universo mental da época, passa a integrar a religião, traz para dentro dela o seu repertório de monstros, de sereias e de animais imaginários.

Georges Duby, descrevendo o trabalho dos artistas nas catedrais medievais, destacou que estes levaram para a decoração das igrejas seres fantásticos do Oriente, criaturas aladas e sereias, incorporando-os ao universo cristão (Duby, 1993: p. 278). Em nosso entender, seria, pois, importante destacar o fato de que as esculturas da Idade Média se mantiveram, muito além daquele período, como um referencial de imagens para os que encontravam na religiosidade um meio de exorcizar suas tensões e seus medos.

A frequência às igrejas como local de culto e de sociabilidade era corrente nos séculos XVI e XVII e as representações artísticas medievais ali estavam ainda bem próximas das populações que só mais tarde passariam por processos diversos de descristianização e de relativo afastamento do sagrado. Mitos, lendas e relatos bíblicos estiveram juntos, durante muitos séculos, na arquitetura de toda a Europa e foram recuperados também pelos relatos de viajantes.

Se Thevet afirmava que existiam dragões na África, Léry, por seu lado, descrevia um lagarto brasileiro como um animal monstruoso, muito próximo às imagens dos bestiários medievais.

(...) vendo sobre a encosta um lagarto muito maior que o corpo de um homem, e longo de seis a sete pés, o qual parecia coberto de escamas esbranquiçadas, ásperas e rugosas como conchas de ostras, uma das patas à frente, a cabeça erguida e os olhos cintilantes, parou imediatamente para nos observar. (...) temendo (...) se fugíssemos que ele corresse mais que nós, e que tendo-nos alcançado ele nos abocanhasse e devorasse: muito espantados que ficamos olhando-nos, permanecemos assim embasbacados no lugar. Assim após que esse monstruoso e temível lagarto abrindo a boca, e por causa do grande calor que fazia (pois o sol brilhava à altura de meio-dia) respirando tão forte que o ouvíamos facilmente, nos tivesse contemplado por perto de um quarto de hora, virando-se de repente, e fazendo maior barulho e estalido de folhas e de ramos por onde passava, que um cervo correndo numa floresta, fugiu pelo monte. (...) Pensei depois, seguindo a opinião dos que dizem que o lagarto se deleita à vista do rosto humano, que esse deve ter tido mais prazer em nos contemplar que tivéramos pavor em contemplá-lo. (LÉRY, 1975: p. 142-143)

A crença em animais aparentados aos dragões dos relatos míticos, em lagartos monstruosos e em serpentes com poderes inexplicáveis é uma característica do imaginário medieval. Le Goff cita-os no que denomina um “*corpus de mirabilia*”, apresentando um texto de Gervásio de Tilbury, do início do século XIII, e deixando claro que existe, na Idade Média, uma certa naturalidade na maneira de aceitar o estranho. Naturalidade esta que, sem dúvida, permite a transposição do maravilhoso para as terras visitadas pelos viajantes europeus no decorrer do século XVI. (Le Goff, 1994: p. 52).

Podemos dizer que os relatos circulavam e os enredos estavam, assim, inseridos nas ações do dia a dia. Seres estranhos surgiam sem alarde, eram aceitos e

viviam integrados ao mundo real. O fabuloso e o cotidiano não estavam separados de forma intransponível. Fica, portanto, evidente que os escritos de Thevet e de Léry mesmo quando eivados de referências a mitos, a utopias e ao fantástico, podiam ser aceitos como verdadeiros por seus leitores devido, em grande parte, à permanência de um imaginário fantástico que continuava presente no universo mental europeu do século XVI.

Claude d'Abbeville e a catequese no Maranhão

Apesar do sucesso efêmero da França Antártica os franceses não abandonaram as incursões pela costa brasileira. A instalação da França Equinocial, no Maranhão, representou uma tentativa de associar três interesses distintos que estavam presentes no início do século XVII: os objetivos comerciais de particulares, as missões de catequese e o desejo de prestígio da Coroa. A época também correspondia ao chamado “século de Ouro” da Bretanha. Tendo passado a fazer parte da França tardiamente, a região trouxera para o reino as vantagens de se constituir em um ponto de passagem de todo o comércio entre o norte e o sul da Europa. Muitos bretões estiveram entre os que embarcaram para aventuras como as da França Antártica e da França Equinocial. Simpatizantes ou calvinistas declarados como era frequentemente o caso da população daquela região, nem por isto deixavam de ser indicados pela Coroa.

No cenário francês, de um lado estavam as perseguições aos reformados, a intolerância da Contrarreforma. De outro, as tentativas de integração no todo de uma França na qual o poder monárquico caminhava para a centralização. Mas, talvez por isto mesmo, pelas dificuldades internas e pelas crises de autoridade e de insegurança que caracterizaram o Reino até o advento de Luís XIV, é que as empreitadas externas tais como as tentativas de implantação de colônias no Brasil não tenham sido bem-sucedidas.⁶

A expedição de colonização chefiada por Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière e por François de Rasilly, Senhor de Aumelles, no Maranhão durou apenas

⁶ Há diversos estudos sobre os reinados de Henrique III, Henrique IV e Luís XIII, quase todos destacando as crises econômicas e religiosas e referindo-se à indecisão dos monarcas entre a tolerância e a repressão aos protestantes. O historiador Denis Crouzet estudou em profundidade as mentalidades do século XVII com o objetivo de melhor entender não apenas o episódio da São Bartolomeu, mas também o contexto da época que levou a tão violentos confrontos (Crouzet, 1998).

três anos, de meados de 1612 a novembro de 1615 quando o forte de São Luís foi entregue pelos franceses aos portugueses. Jacques Rifault e Charles de Vaux, que comerciavam com os índios da região desde 1594, estavam entre os responsáveis pela divulgação das novas terras na França (Vianna, 1996: p. 143-144), despertando o interesse tanto no que tocava às possibilidades de comércio, quanto de catequização.

Se da França Antártica restaram testemunhos importantes, nas obras de André Thevet e de Jean de Léry, da França Equinocial permaneceram igualmente os significativos relatos de missionários capuchinhos e, entre eles, o de Claude d'Abbeville. Cabe destacar, porém, que no caso da França Antártica, os relatos de Thevet e de Léry representam, respectivamente, as vozes do católico e do reformado. Por outro lado, nenhum dos dois trata, em seus textos, da catequese em si, inclusive porque não integraram a expedição de Villegagnon com o objetivo de conversão dos indígenas. Thevet interessava-se pelas viagens e havia partido como capelão dos franceses e não como missionário, tendo sido posteriormente nomeado cosmógrafo do rei. Léry fizera parte de outro contingente pedido como reforço de colonos e enviado por Calvino. Já para a França Equinocial, os textos disponíveis são os de frades missionários, isto é, de viajantes engajados em um objetivo religioso — objetivo este que se faz bastante presente no conjunto de suas visões.

O calvinista La Ravardière não se envolveu em disputas de caráter religioso como havia feito Villegagnon e aceitou a presença do fervoroso católico Rasily e dos missionários, o que tornava viável um empreendimento cuja organização não tinha sido fácil (Bonnichon, 1994: p. 136-137). A estada de Claude d'Abbeville, um dos frades capuchinhos enviados ao Maranhão, foi de aproximadamente quatro meses, entre a segunda metade e o final de 1612. Embora curta, deu origem a um relato muito detalhado da região onde se instalaram os franceses. É provável que ele tenha se utilizado de informações recolhidas com intérpretes que já viviam há mais tempo entre os índios, o que era comum na época. O texto do missionário deixa muito clara sua condição de catequizador, com inúmeros *exempla* que ilustram, do mesmo modo como havia sido hábito na Idade Média, os riscos para aqueles que viessem a cair em pecado.

Jacques Le Goff, que estudou detalhadamente o uso dos *exempla*, define-os como sendo narrativas breves, utilizadas no período medieval, semelhantes a pequenos contos ou fábulas, mas de conteúdo persuasivo, cujo caráter de “exortação” visava convencer os ouvintes com uma “lição salutar”. O episódio narrado deveria ser plausível e ter ocorrido no tempo recente, próximo ao narrador (Le Goff, 1994: p. 123 e p.125). Abbeville, em seu relato, faz uso desta técnica dos *exempla* com a habilidade da sua condição de pregador, o que é bastante evidente na passagem que segue e que se refere a um pequeno índio de quatro anos que agonizava:

Já o considerava morto sua mãe, e o chorava. Perguntou-lhe o *Paí* se ela queria que o filho fôsse batizado, a fim que se salvasse pelo menos a alma. Respondeu ela que sim e que lhe suplicava mesmo insistentemente fazê-lo. Imediatamente batizou-o o *Paí*, e apenas realizado o ato recobrou a palavra o pequeno; e também a saúde, tão perfeita, como nunca tivera. Isso causou grande admiração aos índios, bem como aos franceses que se achavam presentes, e aumentou entre os índios o desejo de serem batizados. Tais são os efeitos dos sacramentos; têm o poder de dar vida à alma e também querendo-o Deus, saúde ao corpo. Assim é que Constantino se viu milagrosamente curado da lepra que tinha no corpo, ao mesmo tempo que o era da lepra espiritual que tinha na alma, e isso por meio do santo sacramento do batismo (Abbeville, 1975: p. 119).

Encontram-se, portanto, muito claros no texto todos os elementos de um *exemplum* medieval: a narração breve e persuasiva, o tempo recente e a experiência do narrador — no caso, a experiência visual, já que o próprio capuchinho presenciou o fato. Outra passagem de Claude d'Abbeville que se aproxima bastante dos *exempla* é a que se refere ao arrependimento dos indígenas que, segundo ele, durante muito tempo haviam praticado o canibalismo. Admoestados pelos frades e pelas autoridades francesas no Maranhão, prometeram, então, abandonar um comportamento que não se enquadrava na pregação do cristianismo. Assim:

(...) arrependidos de ter praticado tantas atrocidades no passado, em vez de cruéis e ferozes mostram-se agora bons e pacíficos, em vez de tigres e lobos, parecem ovelhas

e carneiros; e muitos dentre os antigos filhos do diabo são agora filhos de Deus. Pedem para ser batizados e desejam viver na paz e dignamente (Abbeville, 1975: p. 234).

E Abbeville conclui o assunto com um verdadeiro fecho de “lição exemplar”:

Porisso, bem podemos dizer que nesse povo do Maranhão cumpriu-se a profecia de Ezequiel: (...) “Disse o senhor Deus tais palavras. Porque dizem de vós: és aquêle que devora os homens e sufoca tua gente. Doravante não comerás mais homens, nem matarás mais tua gente, disse o senhor Deus. Não permitirei mais que haja em ti a confusão do gentilismo, e não carregarás mais o opróbrio dos povos e nem perderás mais tua gente, disse o senhor Deus.” (ABBEVILLE, 1975: p. 234)

No relato do missionário francês, as “lições exemplares” referem-se em geral a situações que ocorrem em virtude da conversão ou da obediência dos indígenas que, comportando-se de acordo com padrões europeus, são de alguma forma recompensados, material ou espiritualmente. Fica evidente o caráter pedagógico da escrita de Claude d'Abbeville, marcando, portanto, sua prática de missionário imerso na função da catequese. As referências feitas, no texto, ao juízo final que, segundo ele, estaria próximo, também o conduzem à conclusão de que se tornava urgente a tarefa de conversão dos “canibais e antropófagos.” (Abbeville, 1975: p. 16)

Nos séculos XVI e XVII mantém-se ainda viva nas mentalidades coletivas, como uma presença forte e constante, a imagem do diabo, de um verdadeiro “horror diabolicus” que, de acordo com Carlos R. Figueiredo Nogueira era um legado do final da Idade Média (NOGUEIRA, 1995, p.156). Claude d'Abbeville, como pregador, não passa evidentemente ao largo do tema e descreve com detalhes as artimanhas de Satanás para desviar os homens do bom caminho. Já no início de seu relato, referindo-se a alguns problemas enfrentados antes da partida da França e que atrasaram a saída da expedição, afirma que:

(...) os grandes empreendimentos são de ordinário dificultados por perigosos embarços, e o Diabo, prevendo a próxima ruína de seu reinado e a expansão da religião de Jesus Cristo, o que mais do que tudo receava, não cessou de perseguir-nos,

revolvendo céus e terra e semeando a maldita discórdia no coração dos franceses (...)
(Abbeville, 1975: p. 26)

Mais adiante, ao descrever a agonia e a morte de um jovem índio que foi levado do Maranhão para a França, Abbeville acusa também o diabo de tê-lo tentado a não receber o batismo, quando este seria o seu verdadeiro desejo. (Abbeville, 1975, p. 272) Insistindo, ainda, em descrições assustadoras, o missionário relata a seguinte aparição demoníaca:

Desapareceu o espectro imediatamente, mas voltou logo, pela terceira vez, entrando no quarto com grande fúria, muito semelhante a um centauro, pois tinha forma humana até a cintura e da cintura para baixo era como um cão. Trazia uma espada desembainhada na mão e disse-lhe que vinha curá-lo para que voltasse logo à sua terra. Não foi sem terror que Luís Maria reconheceu então o Diabo (ABBEVILLE, 1975: p.286)

Nestas e em outras passagens de seu relato, Abbeville dá ênfase às ações do diabo em um tom que está muito próximo do que Nogueira definiu como “delírio demonolátrico”, de origem medieval (Nogueira, 1995: p. 175). As imagens fortes — fossem elas verbais ou iconográficas — faziam parte da bagagem dos missionários e eram especialmente adotadas pelos frades pregadores das ordens menores.

A veemência das pregações franciscanas era conhecida desde a Idade Média (Vauchez, 1994: p. 252-255) e os capuchinhos, um ramo mais recente desta ordem, também se destacaram ao utilizar recursos de grande apelo popular. Em suas obras de catequese no interior da França, adotaram gravuras de enorme impacto, que apresentavam uma figura do que seria a alma dos pecadores, com os sete pecados capitais e o diabo, no centro, dominando toda a ilustração (Palazzo, 2009: p. 97).

Abbeville, em seu relato, refere-se aos peixes voadores que observou na altura dos trópicos, durante a viagem de travessia da França ao Maranhão:

Não sei se devo comparar êsses peixes à alma do mundano ou à do justo, pois é o verdadeiro simbolo de ambas. Claro está que se assemelha perfeitamente à do mundano dado a tôda espécie de vícios e disso fazendo alarde. Mergulhado no mar dos

prazeres, delícias e volúpias, feito de riqueza, de gulodice e de libertinagem, nunca se sente tranqüilo, mas continuamente desconfiado, temeroso, angustiado, empanturrado de remorsos pungentes, dos quais procura libertar-se elevando-se até Deus, mas aos quais logo se vê reconduzido pelo Diabo. (ABBEVILLE, 1975: p. 33)

No relato, a comparação dos peixes — que saltam para fora do mar e nele voltam a mergulhar — com a alma do homem mundano, que mergulhava nos vícios, é deliberadamente exagerada em um discurso muito semelhante ao que já vinha sendo feito em séculos anteriores e que obedecia às regras de uso dos *exempla* medievais.

Conclusão: a passagem do fantástico para a razão classificatória

Os viajantes do século XVI até meados do XVII apresentavam visões muito semelhantes de seus encontros com os indígenas e com a flora e a fauna do Brasil. Havia um denominador comum em seus relatos: eles estavam todos inseridos em um universo mental que tinha como forte referência o rico imaginário da Idade Média, eivados de histórias fantásticas, de mitos e de lendas antigas. Os relatos de viagens se constituem, pois, em referências importantes para o estudo das permanências e para que se possa pensar em um questionamento com respeito aos cortes cronológicos normalmente aceitos pela historiografia. A ideia de “uma longa Idade Média” proposta por Le Goff, questionando a ruptura do Renascimento pode, portanto, ser objeto de reflexão também a partir destas fontes.

No que diz respeito à elaboração de imagens do Brasil e à maneira como as terras americanas foram vistas pelos franceses, é possível constatar que a capacidade de aceitar o maravilhoso e de dar a ele um estatuto de verdade permitiu aos viajantes quinhentistas e seiscentistas uma certa abertura do olhar para descrever o Outro. André Thevet, Jean de Léry e Claude d'Abbeville deixaram registrada em seus relatos uma visão do Brasil que abarcava não só a realidade do dia a dia, mas também as histórias que lhes chegavam por intermédio dos índios e aquelas desenvolvidas através de suas próprias vivências junto a uma natureza que os impressionava.

Havia uma disponibilidade para aceitar o estranhamento. Apesar das críticas, em diversas passagens de seus escritos os três viajantes hesitavam em julgar de forma

totalmente negativa uma realidade que fugia às explicações mais coerentes. E, para seus leitores, a credibilidade daqueles relatos só era possível porque, na Europa, continuava a circular um vasto *corpus* de histórias nas quais as referências ao maravilhoso eram uma constante. Da mesma maneira, fazia-se presente um importante repertório de imagens, em especial o das catedrais com suas esculturas de animais oriundos de bestiários medievais. Tratava-se, pois, de um significativo acervo visual que reforçava as crenças no fantástico.

Quanto às mudanças de paradigma interpretativo para a observação do não-europeu destaca-se, a partir do século XVIII, o papel da História Natural, articuladamente elaborada na obra de Buffon como uma nova chave de leitura do mundo (Buffon, 1988: p. 281-286). Foi ele quem difundiu o interesse pelos jardins botânicos, tornados populares através do incentivo a uma ampla visitação pública.

Buffon tinha o cargo de administrador do *Jardin du Roy*, local de prestígio e que se constituía em vitrine das ciências naturais, tão admiradas na época. Contava, para manter o prestígio e o interesse no referido jardim, com a colaboração dos viajantes setecentistas que traziam em suas bagagens as plantas de terras distantes para que fossem catalogadas e organizadas de acordo com o gosto europeu das Luzes. (Palazzo, 2009: p. 126-129).

A natureza exuberante do Brasil, descrita em seu próprio ambiente por Thevet e Léry e povoada de fantasias nos relatos dos séculos XVI e XVII, passará a atrair bem menos do que a vegetação transplantada e classificada no tranquilo e bem planejado *Jardin du Roy*, no coração de Paris. Para Buffon, “(...) a natureza bruta é horrenda e moribunda” (Buffon, 1988: p. 260). Florestas espessas e que não mostram a marca do cultivo pelo homem são dignas de lamentação. Ele mesmo exclama: “Como é bela esta natureza cultivada! Como, pelos cuidados do homem, ela está brilhante e pomposamente adornada!” (Buffon, 1988: p. 260). Assim, os excessos e a fartura de um país de Cocanha já não eram mais vistos com admiração.

A exuberância, os mitos medievais, as utopias e os seres fantásticos perdem, a partir do século XVIII, seu espaço para as explicações racionais da Ilustração, explicações essas que tinham caráter classificatório. O Brasil não se enquadrava em uma

forma ordenada de natureza, que passava a ser mais admirada quando transformada pela mão do homem. A razão iluminista, portanto, organizando, classificando e explicando, apesar de todos os seus avanços, não se constituirá em garantia de maior aceitação da diferença e de olhares mais abertos em direção à alteridade.

Referências

- ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo / Belo Horizonte: USP / Itatiaia, 1975. Tradução de Sérgio Milliet. Apresentação de Mário Guimarães Ferri.
- BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE. *Indes Merveilleuses : l'ouverture du monde au XV^e siècle* Paris: Bibliothèque Nationale / Chancellerie des Universités de Paris, 1993.
- BONNICHON, Ph. *Des Cannibales aux Castors : les découvertes françaises de l'Amérique*. Paris: France-Empire, 1994.
- BRUNEL, P. (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- BUFFON. "Histoire Naturelle" in BUFFON et alii. *Buffon: 1788-1988*. Paris: Imprimerie Nationale, 1988. (Edição fac-similar dos textos de Buffon), p. 208-291.
- CHERRY, J. (ORG.). *Mythical Beasts*. Londres : British Museum Press, 1995.
- CROUZET, D. *La Nuit de la Saint-Barthélémy. Un rêve perdu de la Renaissance*. Paris: Fayard, 1994.
- DUBY, G. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Estampa, 1993.
- . *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FRANCO JR., H. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *Em busca do Paraíso Perdido*. Cotia,SP: Ateliê Editorial, 2021.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LANCIANE, G. e TAVANI, G. *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- LE GOFF, J. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

- _____. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- _____. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- LESTRINGANT, F. *Le huguenot et le sauvage. L'Amérique et la controverse coloniale en France au temps des guerres de religion (1555-1589)*. Paris : Aux amateurs des livres, 1990.
- LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amerique*. Genebra: Droz, 1975. Edição fac-similar da obra: LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite de l'Amérique*. Genebra: Antoine Chappin, 1578.
- MUSÉE DE LA MARINE. *À la rencontre de Sindbad : La route maritime de la Soie*. Paris: Unesco / Bibliothèque Nationale de France, 1994.
- NAVARRO, T. "Os mitos da descoberta do Brasil". *Humanidades*, (8) 2, 1992, p. 147-163.
- NOGUEIRA, C. R. F. *O nascimento da bruxaria*. São Paulo: Imaginário, 1995.
- PALAZZO, C. L. *Entre mitos, utopias e razão: os olhares franceses sobre o Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2ª. edição, 2009.
- THEVET, André. *Singularidades da França Antarctica*. São Paulo / Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1944. Tradução, prefácio e notas de Estevão Pinto.
- _____. *Les Français en Amérique pendant la deuxième moitié du xvi^e siècle: Le Brésil et les Brésiliens (Cosmographie Universelle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953. Edição fac-similar da obra com o mesmo título.
- _____. *Les Vrais Pourtraicts et Vies de Hommes illustres Grecz, Latins & Payens, recueilliz de leurs tableaux, livres, medalles antiques et modernes. Par André Thevet Angoumoisins, Premier Cosmographe du Roy*. Paris: Veuve Jacques Kerver et Guillaume Chaudière, 1584.
- _____. *Singularitez de la France Antarctica, autrement nommée Amerique, & de plusieurs terres & isles decouuertes*. Paris: Héritiers de M. de la Porte, 1557.
- _____. *La Cosmographie universelle d'André Thevet cosmographe du Roy. Illustree de diverses figures de choses plus remarquables veuës par l'auteur, et Incogneuës de noz Anciens & Modernes*. Paris: Pierre l'Huillier et Guillaume Chaudière, 1575.

VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, tomo 1. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VAUCHERET, E. *Jean Nicot et l'entreprise de Villegagnon*. Paris: Vris, 1968.

VAUCHEZ, A. "São Francisco de Assis" in BERLIOZ, J. (org) *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 243-262.

VERDON, J. *Voyager au Moyen Age*. Paris: Perrin, 1998.

VIANNA, H. *História do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, 1996.

VOISENET, J. *Bêtes et Hommes dans le monde médiéval*. Turnhout : Brepols, 2000.

WIESER, F.D. "Ce Diable de Dragon" in *La Gazette Lorraine*, nº 15, dez. 2004, p. 18-19.

WISMES, A. de. *Nantes et le temps des négriers*. Paris: France-Empire, 1992.

ZURARA, G. E. de. *Crónica dos Feitos Notáveis que se passaram na Conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978.

Curriculum resumido

Historiadora, pesquisadora em temáticas de História Cultural com foco em questões de alteridade.

1996-1999: Doutorado em História, UnB. 1985-1986: Mestrado em História, UnB.

Foi pesquisadora visitante da Georgetown University (Washington, DC) no ano letivo de 2002/2003 e professora no curso de História do CEUB, Brasília. Atualmente aposentada de cursos regulares, exerce a atividade de escritora e palestrante em cursos de pós-graduação com ênfase em China, Oriente Médio e aportes interculturais.

É autora de diversos livros e capítulos de livros e tem artigos publicados em periódicos especializados no Brasil e no exterior. Participa de seminários e outros eventos nacionais e internacionais.